



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de História - HIS

Monografia de Conclusão - Curso de Graduação

Professor Orientador: Dr. Mateus Gamba Torres

TERRA E RAÇA:

Um estudo do comportamento da questão racial no Jornal SEM TERRA (1984-1995)

Fábio Menezes Pessoa Valadares Júnior

Brasília

2021

Agradecimentos

A realização do seguinte trabalho se fez possível a uma série de pessoas que estiveram presentes em minha vida e gostaria de dedicar esta dissertação a cada uma delas.

Primeiramente gostaria de agradecer à minha mãe, Raquel Ribeiro que desde muito antes de entrar em uma universidade foi uma referência para minha vida. Agradeço também ao meu tio wel e ao meu pai Fábio, que sempre estiveram comigo, mesmo que às vezes à distância.

Não poderia deixar de fazer um agradecimento especial e com carinho à minha companheira Isabelly Alves que sempre esteve comigo nos momentos mais difíceis da graduação, principalmente quando da produção da seguinte monografia.

Não posso deixar de lembrar das amizades especiais que fiz nos tempos de ensino médio e que me acompanharam durante toda a caminhada universitária e estão comigo ainda hoje, Luiza, Manu e Kadson

Aos amigos que a universidade me deu, gostaria de lembrar do Israel, primeira amizade da UnB, do Deivinho, Gabriel, Brasilinha e Bruninho. Dedico também aos queridos amigos Thalles e Lari que sempre proporcionam ótimas conversas e trocas de experiências.

Por último, gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr.º Mateus Gamba Torres que me ajudou enormemente durante a elaboração da presente pesquisa e contribuiu para que eu apresentasse um trabalho com qualidade.

RESUMO

A seguinte pesquisa tem como objetivo analisar como as questões étnico-raciais se comportaram no discurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde sua fundação até o ano de 1995, quando se percebe uma nova lógica na maneira de enxergar as relações raciais por parte do movimento. Para a viabilização do objetivo da pesquisa foi utilizado como fonte o Jornal SEM TERRA, cujas edições estão disponíveis no acervo da plataforma “DOC VIRT”. A investigação do comportamento da questão racial nos discursos impressos no jornal foi realizada a partir de uma perspectiva histórica, que considera estes discursos como resultado de uma contínua interação entre o MST e diferentes atores e debates existentes no período estudado.

PALAVRA-CHAVE: Jornal SEM TERRA; trabalhadores; movimento negro; relações raciais; Quilombo; MST.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	5
1 - DENÚNCIA AO RACISMO E INTERAÇÕES MST X MOVIMENTO NEGRO -----	16
2 - MST X RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Novas abordagens -----	31
2.1 - Breve histórico do Movimento Negro na experiência republicana brasileira e seu momento de aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) -----	31
2.2 - Os quilombos e quilombolas no Jornal SEM TERRA -----	35
2.3 - O Quilombo dos Palmares como elemento mobilizador no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -----	41
CONCLUSÃO -----	45
ANEXO I -----	49
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA -----	50

INTRODUÇÃO

A produção historiográfica com enfoque no campo político não é recente. No século XIX, a história como disciplina que buscava se afirmar como conhecimento científico focava suas análises nos eventos políticos, reduzindo estes às práticas do Estado e das grandes personalidades que atuam dentro do aparato estatal. Com isso, entendendo a política estritamente como as práticas do Estado, os historiadores restringiram suas análises às grandes elites políticas e aos eventos de curta-duração. Como consequência, as produções historiográficas tinham como características uma análise limitada acerca da sociedade, excluindo os atores coletivos e sujeitos sociais. Outra crítica direcionada à produção historiográfica do século XIX, refere-se à metodologia utilizada nestes trabalhos, além da limitação relacionada à tipologia das fontes (REMOND, 2003, p. 16).

A história positivista, defendia o uso de fontes oficiais, ou seja, fontes escritas e produzidas pela burocracia do Estado. Essa concepção tinha como consequências as características da história positivista já descritas aqui de uma história que se atém exclusivamente ao funcionamento do Estado ao longo do tempo, bem como das elites que operam no interior da burocracia estatal. Uma história política elitista focada nas grandes personalidades. A metodologia utilizada para com essas fontes também era alvo de críticas por parte de historiadores que reivindicavam um outro tipo de historiografia. Os historiadores do século XIX tinham como característica a defesa da ideia de imparcialidade e objetividade na escrita da história. Acreditava-se que o exercício de supressão da subjetividade, permitia que as fontes falassem por si só, conferindo objetividade à produção historiográfica. Essa concepção tinha como resultante uma produção essencialmente narrativa e factual, uma vez que a intenção do historiador era a de conferir recursos para a fonte falar e construir uma narrativa descompromissada com a análise dos processos políticos que não fossem elitizados e heroicizados. René Remond, em “POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA”, sintetiza bem as propriedades da história positivista que eram alvo de críticas:

A história política não concentrou sempre sua atenção em alguns personagens de prestígio, que se agitavam no prosaetrio e faziam esquecer as multidões laboriosas, combatentes, sofredoras? Luís XIV escondendo os 20 milhões de camponeses que

constituíam o povo da França. A única mudança após o desaparecimento da monarquia foi que os chefes de Estado eleitos tomaram o lugar dos soberanos hereditários, mas onde estava a diferença? A história política continuava a dar uma atenção desmedida aos humores, aos problemas de saúde dos dirigentes. Caía no psicologismo e perdia-se em conjecturas sobre as suas verdadeiras intenções, como se estas pudessem mudar o curso de uma história que é essencialmente conduzida por movimentos impessoais e anônimos, cuja amplitude transcende às escolhas individuais. Ao persistir em atribuir aos protagonistas, tão bem chamados de figuras de proa, um papel que acreditavam determinante, os paladinos da história política tardaram em fazer sua revolução: perpetuaram os reflexos adquiridos no Antigo Regime. Uma história elitista, aristocrática, condenada pelo ímpeto das massas e o advento da democracia. (REMOND, 2003, p. 17-18)

O *modus operandi* próprio da historiografia positivista, foi alvo de intensas críticas na primeira metade do século XX, por parte dos historiadores franceses que inauguraram a Escola dos Annales. Lucien Febvre e Marc Bloch argumentavam que ao excluir os agentes coletivos e camadas populares, concentrando-se nas personalidades e nos eventos de curta-duração, a história política não conseguia captar as estruturas existentes nas sociedades que poderiam de fato explicar as transformações, rupturas e continuidades. Doravante, entende-se que a análise dos campos econômico e social no tempo, permite entender os eventos de longa-duração que traduzem a curta-duração.

Desejosa de ir ao fundo das coisas, de captar o âmago da realidade, a nova história considerava as estruturas duráveis mais reais e determinantes que os acidentes de conjuntura. ; Seus pressupostos eram que os comportamentos coletivos tinham mais importância para o curso da história que as iniciativas individuais, que os fenômenos registrados numa longa duração eram mais significativos e mais decisivos que os movimentos de fraca amplitude, e que as realidades do trabalho, da produção, das trocas, o estado das técnicas, as mudanças da tecnologia e as relações sociais daí resultantes tinham mais consequências, e portanto deviam ter maior atenção dos observadores, que os regimes políticos ou as mudanças na identidade dos detentores de um poder cujas decisões, segundo se entendia, só faziam traduzir o estado da relação das forças sociais, ou refletir realidades anteriores às escolhas políticas. (REMOND, 2003, p. 16)

A ascensão da história social e econômica foi concomitante ao desprestígio progressivo acumulado pela história política. René Rémond afirma, com razão, que a história política representava tudo o que os Annales buscavam superar:

Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. Se se imaginar ponto por ponto o contrário desse retrato cruel, ter-se-á o essencial do programa que a história regenerada se atribuía. Estava, portanto, escrito que a história política arcaria com os custos da renovação da disciplina: história obsoleta, subjugada a uma concepção antiquada, que tinha tido o seu tempo. Havia chegado a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades. (REMOND, 2003, p. 18)

Além das críticas metodológicas à abordagem dos historiadores positivistas, a Escola dos Annales, adota uma concepção epistemológica que desloca o campo político, entendido como superestrutura, do centro das análises, e o subordina aos campos social e econômico, entendidos como infra-estrutura¹. Dessa forma, as histórias social e econômica passam a imperar nas abordagens dos historiadores dessa nova escola, pois segundo eles, a compreensão do social e do econômico, permitem entender as relações de produção e o comportamento dos atores sociais e, compreendendo os processos duráveis, explica-se os eventos de curta-duração, as rupturas, e se percebem as continuidades. Portanto, para esta nova concepção epistemológica, não fazia sentido analisar o político em primeiro plano, uma vez que ele é apenas reflexo das contradições sociais e das relações de produção existentes em uma sociedade.

A história política, relegada ao segundo plano, permaneceu assim até o início da segunda metade do século XX. O historiador é fruto de seu tempo, conseqüentemente, a própria história como é produzida carrega as marcas de seu próprio tempo. Para entender o que Rémond chama de “renascimento da história política”, é necessário realizar uma contextualização do cenário que levou a esse renascimento.

O fim da Segunda Guerra Mundial deixou uma Europa devastada pelos conflitos bélicos e ideológicos, e recheada de contradições sociais. Essas contradições levaram os atores sociais a se mobilizarem e colocarem suas reivindicações no centro do debate político, com destaque às mobilizações estudantis que ocorreram na França em 1968. Esse cenário levou o Estado a expandir sua atuação a áreas que antes não eram de sua competência, ou seja, há um alargamento no entendimento do que está na órbita de influência do campo político. Doravante o Estado se preocupa em formular políticas públicas que dizem respeito à moradia, educação, saúde. Políticas voltadas ao campo econômico, como estatização, regulamentação de certas atividades econômicas, traduzem uma intervenção maior do Estado na economia.

Outra coisa atuou no mesmo sentido para reintegrar os fatos políticos ao campo de observação da história: a ampliação do domínio da ação política com o aumento das atribuições do Estado. As fronteiras que delimitam o campo do político

¹ René Remond destaca ainda que, a partir da luta de classes, Marx subordinou o político aos processos econômicos, sobretudo das relações de produção. O autor afirma: “fazendo da luta de classes, ela mesma resultante do processo econômico, o motor da história, desclassificou o político.” (REMOND, p. 20, 2003)

não são eternas: seu traçado conheceu muitas variações ao longo da história. Em nosso século, a evolução se fez no sentido da extensão: pode-se dizer que também o universo político está em expansão/Sob a pressão das circunstâncias que criavam situações Insólitas, de guerra total, de crise de uma gravidade sem precedente, e também para satisfazer às demandas de uma opinião pública que se voltava espontaneamente para os poderes públicos para responsabilizá-los por suas desgraças, ou exigir que as remediassem, sob a influência enfim de teorias que sistematizavam e legitimavam a intervenção do Estado, a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. (REMOND, 2003, P. 23-24)

Mas o que esse cenário implicou na forma como se escrevia até então? Como dito anteriormente, o entendimento acerca do político se expande à medida que o Estado passa a ter atribuições que antes não eram concebidas como suas. A partir deste momento, o político atua no social, na cultura e na economia. Com isso, todas essas atribuições passam a ser encaradas também como objeto de pesquisa da história política. Outra implicação importante dessa expansão das atribuições do político, é o entendimento de que as relações entre os diferentes campos da sociedade (cultural, social, econômico, político, etc.), não se dão de forma unilateral e hierarquizada, mas de forma dinâmica e multilateral, em que ora um atua mais, ora menos. Dessa forma, a concepção de que o político seria um simples reflexo passivo das relações sociais e econômicas perde força, em favor de uma concepção que encara o político como um campo autônomo e que opera sob lógicas próprias.²

Apesar da nova concepção acerca do campo político, ela sozinha não tinha força para justificar o “renascimento da história política”. A imagem negativa ainda acompanhava a história política, era necessário formular um método que demonstrasse que era possível realizar uma historiografia acerca do político que operasse segundo os critérios que operavam no período. Uma das críticas mais intensas à antiga historiografia do político era focada em seu caráter essencialmente elitista e individualista, ao focar no comportamento, humor, emoções e práticas das grandes personalidades. A proposta da nova história política, referenciados principalmente por Michel Foucault com a ideia de microfísica do poder por sua vez, ao entender que as relações de poder transcendem o âmbito institucional, apenas incluem os atores sociais antes excluídos, mas os coloca em lugar de destaque em suas análises. Essa nova história política absorve categorias e metodologias de outras ciências,

² Rémond destaca sua visão na obra de sua organização, *POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA*. O autor afirma que “a pressão cada vez mais perceptível das relações internacionais na vida interna dos Estados lembraram que a política tinha uma incidência sobre o destino dos povos e as existências individuais; contribuíram para dar crédito à idéia de que o político tinha uma consistência própria e dispunha mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social”. (Rémond, p. 23, 2003)

como da sociologia, ciência política, estatística, etc., o que demonstra seu caráter interdisciplinar.

Uma importante mudança presente na nova história política é quanto à diversidade nas tipologias das fontes a serem trabalhadas nas pesquisas. A antiga história política se restringia às fontes documentais oficiais, essa posição por si só já a tornava alvo de críticas pelas limitações impostas pelo uso exclusivo de fontes oficiais. O problema relativo aos documentos diz respeito também à forma como os historiadores lidavam com suas fontes, isso porque acreditavam alcançar a objetividade e neutralidade pela supressão da subjetividade, o que conferia um caráter essencialmente narrativo à escrita da antiga história política. Os historiadores do campo político da segunda metade do século XX, passaram a utilizar uma grande diversidade de tipos de fontes, que iam para além dos documentos oficiais, como fontes estatísticas, consultas populares, registros de partidos e associações políticas, pesquisas de opinião, etc. Não só a tipologia de fontes utilizadas foi alterada, mas a forma de lidar com a fonte também. De agora em diante, os historiadores posicionam-se criticamente em relação à fonte e a questionam, buscando captar as intenções e o aquilo que não salta aos olhos. Essa nova postura dos historiadores que analisam o campo político tem como resultado uma escrita reflexiva e comprometida com a explicação dos processos políticos, não apenas com a simples narrativa dos eventos.

A partir do exposto acima percebemos como o “renascimento da história política” se deu após um período de desprestígio da mesma. É possível observar, como destaca René Rémond, a renovação da história política se deu em duas frentes³, uma externa, movida pelas transformações na sociedade que ampliaram as atribuições do Estado e o sentimento de pertencimento à política do ator social. E uma no interior do meio intelectual, que passaram a entender o campo político como autônomo e atuante ativamente em outros campos, o que levou à formulação de metodologias na historiografia política que superassem os problemas existentes em sua antiga tradição.

É na proposta metodológica da nova história política que o trabalho de conclusão de curso se insere. O trabalho tratará sobre um ator coletivo, o MST, atuando politicamente fora

³ “Para a compreensão das inversões de tendência em epistemologia, os fatores exógenos não são suficientes: são precisas também conviências internas. A virada da sorte da história política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação. É a conjunção dos dois movimentos que explica o fato de a história política ser hoje na França um dos ramos mais ativos e fecundos da historiografia”.(RÉMOND, p. 26, 2003)

da institucionalidade do Estado, mas buscando pautar suas demandas dentro das instituições do Estado e fora deste, no seio da sociedade, exercendo pressão e organizando mobilizações.

Tratando de movimentos sociais, o trabalho de conclusão de curso a ser desenvolvido adotará a concepção da socióloga Maria da Glória Gohn, que uma organização social para ser considerada movimento social, deve estar constituída “enquanto coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum” (Gohn, 1997, p. 245). Pensando no MST, movimento social em que esta monografia ocupará suas análises, trata-se de um grupo constituído como coletivo social, e que seus membros componentes possuem uma identidade em comum. Os membros fazem parte da classe camponesa brasileira, ou seja, trabalhadores rurais, porém que não possuem titularidades de terras, e se organizam em prol da reforma agrária, que é a razão de ser do movimento.

É oportuna a abordagem de Maria da Glória Gohn, pois se trata de uma proposta teórico-metodológica elaborada pensando as especificidades dos movimentos sociais na América Latina. Segundo a autora, os movimentos sociais atuam por meio de “ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições” (GOHN, 1997, p. 247), o que gera uma ampliação do campo político. Além disso, segundo essa concepção, é de fundamental relevância às experiências compartilhadas pelos membros de um movimento social, pois isso traduz a ideia de identidade comum necessária ao movimento social, é o que a autora denomina de “dimensão subjetiva”⁴

Alinhada à autora e à proposta teórico-metodológica elaborada pela mesma, será utilizada a categoria “luta social” para expressar as relações contraditórias entre o movimento social e os grupos, instituições e coletivos postos como antagônicos ao movimento social. A categoria “luta social” se refere às mais variadas lutas em que o movimento social se insere em uma sociedade, o que inclui relações de gênero, de raça, de classe, etc. Ou seja, admite que as relações de luta social, não se limitam à luta de classe, o que costumava acontecer nas análises realizadas no século XIX (GOHN, 1997, p. 172). O uso desta categoria serve bem aos objetivos da monografia a ser desenvolvida, uma vez que busca entender a atuação do MST inserido em uma luta social dentro do âmbito das classes, camponeses sem terra em uma relação contraditória de tensões com grandes proprietários de terras, e uma luta social no

⁴ ”dimensão subjetiva, construída ao longo de um processo histórico de luta, no qual a experiência grupal de compartilhamento de valores socialmente comuns é um fator fundamental”. (GOHN,1997 p. 249)

âmbito racial, uma vez que o racismo estrutural se reflete no campo e impõe às populações negras do campo, maior situação de vulnerabilidade.

O uso da categoria “luta social”, implica na utilização da expressão “força social”. A força social de um movimento depende muito da configuração do campo político em que atua determinado movimento social. Segundo Maria da Glória Gohn:

O conjunto desses fatores - carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo - resultará na força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social. Dessas considerações extraímos outras reflexões importantes sobre os movimentos sociais relacionadas com a problemática do conflito social. (GOHN, 1997, p. 250)

A ideia contida no texto acima se aproxima do que Touraine defende em sua proposta de análise de movimentos sociais, em que suas identidades são construídas a partir de um processo cultural discursivo, o qual a força de um movimento depende da capacidade deste de traduzir suas demandas e reivindicações próprias de um setor específico como sendo representantes de toda a sociedade, bem como as experiências e valores do movimento que através do discurso busca-se serem representados como experiências e valores de toda a sociedade civil. Para Gohn, a construção do discurso através de elementos culturais é parte da identidade de um movimento, mas não apenas isso. Para a autora, a ação coletiva também é parte constituinte da identidade de um movimento social. Quando se analisa o MST, percebe-se a argumentação assertiva de Maria da Glória Gohn. O MST é identificado não apenas pelo discurso de defesa da reforma agrária — que é tratado como uma reforma que trará benefícios não só aos trabalhadores rurais sem-terra, mas a toda sociedade —, mas também pela sua atuação na ação coletiva, como por exemplo, os assentamentos. Segundo esta autora, “A identidade é uma somatória de práticas a partir de um referencial contido nos projetos. Ela não existe apenas no plano ideacional, não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural”(GOHN, 1997, p. 261). Neste momento de discussão acerca dos pressupostos teórico-metodológicos que irão referenciar a monografia de conclusão de curso, é indispensável apresentar qual será a concepção de raça e racismo que irá nortear a análise acerca das relações raciais expressas nas edições 1984-95 do Jornal dos Sem-Terra.

Será adotada a ideia do racismo como parte integrante da estrutura social brasileira, por isso, racismo estrutural. Para entender o racismo estrutural, se faz necessário o entendimento anterior de raça e racismo. As concepções de raça e racismo que nortearam as análises do trabalho de conclusão de curso, são expressas na obra “RACISMO ESTRUTURAL”, do advogado e filósofo Silvio Almeida. Para Silvio Almeida, “raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado” (ALMEIDA, 2019, p. 18) Já o racismo,

“é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2019, p. 22)

Elucidada a questão das categorias raça e racismo, é possível prosseguir para a discussão do termo “racismo estrutural”. Ao adotar este termo, admite-se que o racismo é, portanto, histórico, pois é parte integrante da construção da estrutura de uma sociedade. A partir do estudo do racismo estrutural, entende-se que as relações de poder, as instituições e as políticas públicas têm como componente orgânico, o racismo.

Segundo a socióloga Luciana Jaccoud, o mito da democracia racial tem suas bases ancoradas no ideal de branqueamento que ganhou força durante os primeiros anos da República no Brasil. A abolição da escravidão teve como consequência o esgotamento das forças do Império e advento do modelo republicano. O racismo nasce no Brasil associado à escravidão, porém o fim desta não levou ao fim do primeiro. O racismo se adaptou e passou a operar de diferentes formas a partir de então. São nos primeiros anos da República que são difundidas com maior alcance as primeiras teses de um novo projeto de desenvolvimento nacional associado ao branqueamento da população brasileira. Luciana Jaccoud escreve:

“Efetivamente, a República não foi capaz de promover ações em defesa da ampliação das oportunidades da população negra.⁵ A formulação e consolidação da ideologia racista ocorrida nesse período permitiu a naturalização das desigualdades raciais que foram, assim, reafirmadas, em um novo ambiente político e jurídico. Não mais separadas pelo direito de propriedade, pela história, religião ou cultura, as raças se separariam por desigualdades naturais. O enfrentamento dessas desigualdades seria, entretanto, identificado como uma exigência nacional, na medida em que somente um país branco seria capaz de realizar os ideais do liberalismo e do progresso. De fato, as desigualdades entre raças, agora interpretadas como intrínsecas às suas diferentes naturezas, determinariam as potencialidades individuais e resvalariam para o cenário político e social onde a capacidade de participação dos negros não poderia ser entendida a não ser com restrições. Ampliam-se os preconceitos quanto à participação dos negros nos espaços públicos, acentuam-se os

mecanismos discriminatórios e fortalecem-se os estímulos à imigração europeia” (JACCOUD, 2008, p. 48-49)

Doravante a imigração de europeus passa a ser estimulada, pois as teses de discriminação racial acreditavam que dessa forma a população iria progressivamente se embraquecendo, até de fato chegar a ser branca abrindo caminho para a modernização e civilização, nos moldes dos países europeus. O ideal do branqueamento da população brasileira se consolidou e protagonizou os projetos de desenvolvimento nacional da República durante os anos 20 e boa parte dos anos 30 do século XX. Já na segunda metade da década de 30, as teses de embranquecimento foram perdendo prestígio dentre os intelectuais brasileiros, em seu lugar começam a surgir debates que vão culminar anos mais tarde na formulação do mito da democracia racial.

“emerge um pensamento racial que destaca a dimensão positiva da mestiçagem no Brasil e afirma a unidade do povo brasileiro como produto das diferentes raças e cuja convivência harmônica permitiu ao país escapar dos problemas raciais observados em outros países. Mais do que isso, o amalgamento das raças e a constituição de um povo e uma cultura brasileira substituiriam o componente político da República, em seu molde clássico, ancorado na igualdade dos cidadãos. Mais uma vez, não é o espaço político o local em que se reafirmam, no país, os ideais de integração social e de alicerce da nação”(JACCOUD, 2008, p. 50)

Com o discurso de uma suposta convivência harmônica e ausência de problemas do tipo racial no Brasil, o termo raça passa por um momento de enfraquecimento nos estudos acadêmicos de interpretação da realidade brasileira, pois a questão racial é vista a partir de então como problema solucionado pela mestiçagem que proporcionou à República alcançar a igualdade entre os cidadãos e “permitiu ao país escapar dos problemas raciais observados em outros países” (JACCOUD, 2008, p. 50).

É neste cenário de contestação do mito da democracia racial que as fontes utilizadas na realização da pesquisa estão inseridas. A seguinte monografia tem como principal fonte histórica discursos presentes nos editoriais do Jornal dos Sem Terra dos anos 1985 até 1999. Em Janeiro do ano de 1985, o MST completava 1 ano desde sua fundação, em meio ao processo de redemocratização ocorrido no Brasil. Para atender ao objetivo desta monografia, que é compreender como a questão racial se insere na ideologia do MST durante os anos de 1985 a 1999, o Jornal dos Sem Terra é uma importante fonte, pois trata-se do principal veículo de comunicação do movimento para com seus membros. Este veículo deixou de ser boletim para adotar a forma de jornal em 1985, assumindo uma nova linguagem, contando

com a presença de artigos e textos maiores dos que os produzidos nos tempos de boletim. Inicialmente ele era produzido no estado do Rio Grande do Sul, porém a partir da edição 46 a produção se deslocou para São Paulo⁵.

O Jornal dos Sem Terra, então servirá como principal fonte desta monografia para a compreensão de como a questão racial foi tratada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e como essa questão se inseriu ao longo dos anos 1985-1999 na ideologia que construía a identidade do movimento. O uso de jornais como fonte histórica é uma prática relativamente recente na historiografia. As transformações provocadas pela Escola dos Annales foram muitas e profundas, dentre elas estava o entendimento quanto à natureza dos documentos que poderiam ser utilizados como fonte em uma pesquisa historiográfica, mas só com a terceira geração dessa escola, a chamada “Nova História”, é que os jornais e periódicos ganharam maior protagonismo na produção dos historiadores a partir de um novo paradigma na abordagem historiográfica trazia uma nova forma de entender o que é o documento. Neste sentido, a historiadora Tania Regina de Luca pontua que:

“A face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi a renovação temática, imediatamente perceptível pelo título das pesquisas, que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História. Outras menos visíveis, apesar de talvez mais profundas, apontavam para a “passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais”, a fragmentação da disciplina, o esmaecer do projeto de uma História total e o interesse crescente pelo episódico e pelas diferenças, processo que recebeu elegante formulação do historiador Michel de Certeau.” (LUCA, 2005, p. 113)

Durante muito tempo a fonte de imprensa foi vista com desconfiança sob a argumentação de que os discursos contidos nessas fontes nem sempre estavam comprometidos com a veiculação imparcial das notícias. Mas na década de 70, o próprio jornal passou a ser visto como objeto de estudo nas pesquisas históricas.

O uso da fonte impressa nos periódicos oferece inúmeras possibilidades para o estudo do político na historiografia, pois este documento possibilita acessar as representações, ideologias e projetos de sociedade inscritos nos discursos presentes nos editoriais, especialmente se tratando de periódicos de oficiais de um movimento social, que é

⁵ Portal do MST:

<https://mst.org.br/2021/05/15/jornal-sem-terra-40-anos-de-comunicacao-popular-fortalecendo-a-luta-historica-do-mst/>

o caso do Jornal dos Sem Terra. Prosseguindo no caso específico do jornal porta-voz do MST, a fonte periódica permite investigar como que um problema estrutural brasileiro, que é o racismo, se intersecciona com a questão de classe e se insere nos discursos.

Segundo a abordagem pluralista-articulista que teoriza a análise dos movimentos sociais, a identidade de uma organização social não é algo dado e acabado, mas um processo contínuo de permanente construção. A proposta pluralista-articulista desenvolve a argumentação de que uma sociedade é composta por sujeitos plurais, dessa forma, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, formado no interior e uma sociedade plural, busca através do discurso construir uma identidade através da articulação das experiências diversas dos camponeses em torno de uma demanda em comum. É a partir dos seus discursos que um movimento constrói sua identidade. Nesta questão, reside mais uma razão de ser do Jornal dos Sem Terra ser indispensável à realização dessa pesquisa, pois esta fonte configura-se documento privilegiado na compreensão da ideologia e identidade do movimento, através da metodologia da análise do discurso. Pois se trata do principal veículo de comunicação do movimento com os seus membros.

Nesta pesquisa buscaremos através da análise dos discursos impressos no Jornal dos Sem Terra, compreender como a questão racial se comporta e se insere na ideologia e na luta pela Reforma Agrária empreendida pelo MST. Tendo como referenciais uma prática historiográfica interdisciplinar, reflexiva e crítica. A seguinte monografia será composta por dois capítulos de desenvolvimento. O primeiro busca compreender de que maneiras as questões raciais se comportaram no interior da ideologia do MST de 1984 até 1994. Já o segundo capítulo tem como objetivo entender a importância da figura de Zumbi e do Quilombo dos Palmares no imaginário do movimento e como isso se traduz na construção discursiva da ideologia do movimento.

1 - DENÚNCIA AO RACISMO E INTERAÇÕES MST X MOVIMENTO NEGRO

Em Janeiro do ano de 1985, o MST completava 1 ano desde sua fundação, em meio ao processo de redemocratização ocorrido no Brasil. A década de 80 foi marcada pela efervescência dos movimentos sociais, em especial da luta pela Reforma Agrária. A intensa repressão dos militares contra os camponeses e suas lideranças logo após o golpe de 64 desarticulou os movimentos de reivindicação da Reforma Agrária, conhecidos como Ligas Camponesas, organizações que desempenharam papel importante na luta pelo direito da terra a partir de 1945 (BALDI; ORSO, 2013, p. 275).

Apesar da forte repressão e perseguição por parte do regime militar, os trabalhadores nunca deixaram de lutar pelo direito à terra, porém só a partir da década de 1980 que os camponeses se rearticularam como movimento social em diferentes organizações de trabalhadores do campo sem a posse da terra. Em Janeiro de 1984, diversas entidades camponesas se reuniram no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na cidade de Cascavel-PR. Este encontro é considerado um importante marco na história dos movimentos sociais camponeses, pois foi nele que foi aprovada a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além de diretrizes que iriam nortear a atuação do movimento. As principais resoluções deste encontro podem ser observadas na edição nº 35, de abril 1984, página 10, do Jornal SEM TERRA, disponível na Hemeroteca Luta pela Terra na plataforma digital “DOC VIRT”⁶.

Os anos que sucederam o surgimento do MST, foram de aprofundamento das políticas neoliberais não só no Brasil, mas também em grande parte dos países latino-americanos. O avanço do neoliberalismo significava o fortalecimento das grandes indústrias do setor agropecuário brasileiro, em detrimento dos pequenos e médios produtores do campo, prejudicados pelas políticas econômicas empreendidas pelo Estado brasileiro desde Sarney até Fernando Henrique Cardoso. Se por um lado o neoliberalismo avançava contra os trabalhadores rurais, esses mesmos trabalhadores atuando no MST, resistiram de forma ativa e permanente em graus diferenciados a depender das especificidades dos conflitos existentes em cada uma das regiões do país (COLETTI, 2005, p. 273)

⁶ <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4377>

A população que compõe o MST trata-se de uma parcela específica da sociedade brasileira que são os trabalhadores e as trabalhadoras do campo sem terra. Segundo a historiadora Maria Rosa do Carmo Oliveira, “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização política formada pela superpopulação relativa constituída por trabalhadores proletários e trabalhadoras proletárias, em sua maioria, negros e negras.” (OLIVEIRA, 2017, p. 05). Com isso, os impactos das desigualdades que atingem a maioria dos membros do movimento são provenientes não apenas das questões de classe, mas também de raça (SOUZA, 2017, p. 2).

Desde suas primeiras edições, a questão racial esteve presente no Jornal dos trabalhadores Sem Terra de diferentes formas e abordando pontos distintos que circundam este tema, ora denunciando o racismo nas práticas policiais de despejo dos acampados, ora tratando a situação precária de trabalho à que estão submetidas a população negra no Brasil, ou até mesmo expondo a seus leitores o racismo presente no Estados Unidos.

O objetivo deste primeiro capítulo é justamente entender como se comportou o debate acerca da questão racial no Jornal dos trabalhadores Sem Terra, de 1985, ano da fundação do MST, até o ano de 1994, quando se iniciaram os debates em torno de Zumbi dos Palmares em decorrência dos 300 anos de sua morte, e a questão racial ganhava destaque no debate político, e no MST não era diferente. O segundo capítulo destina-se a buscar compreender a importância da figura de Zumbi na luta contra o racismo e defesa da Reforma Agrária.

Quando se faz uma busca por categorias no acervo digital "DOC VIRT", mais especificamente na Hemeroteca Luta pela Terra, percebe-se a alta ocorrência de textos que dissertam sobre algum aspecto relacionado à questão racial. Em 1987, em sua edição nº 66, do mês de Setembro, página 19, há um poema escrito pela militante paulista Nonata, onde ela aponta a discriminação contra a população negra como uma das várias contradições presentes no país. É possível observar a seguir:

MÃE DA NOVA SOCIEDADE

Mãe, tu que acreditas num mundo melhor

e que teimas em mostrar-me,

tu que dizes:

compartilha teus bens com teus irmãos,

que afirmas que somos todos iguais,

que temos direitos iguais
casa para morar, chão para plantar,
ajuda-me a entender
por que lá fora há tanta contradição?
Enquanto tu dizes:
Filho divide o que tens,
em frente àquela casa,
grande e luxuosa,
com belos carros
e onde sem dúvida há comida de porção
vi um homem pedir pão
e responderam não,
disseram-lhe que fosse trabalhar
e o chamaram de vagabundo.
Vi um grupo de pessoas
discriminando um negro
que tu disseste ser meu irmão
vi alguém com tanta terra
e grande plantação
ainda explorava alguém
por uma migalha de tostão.
Mas diante disso
te vejo acreditar firmemente
que esta situação vai mudar.
Não posso portanto em ti desacreditar
pois tua força me faz lutar
por uma sociedade nova
já em construção,
sem discriminação, sem violência,
onde o pão não faltará
à mesa de nenhum irmão.
Mãe, permite que eu te chame:
Mãe de uma nova sociedade,
de todos aqueles que acreditam

e lutam pela transformação.

Nonata ⁷

A partir do poema acima, é possível depreender que a preocupação com a discriminação contra a população negra no Brasil, era algo presente na mentalidade dos militantes do MST, e que a superação dessa realidade discriminatória era também um dos objetivos na construção de uma nova sociedade proposta pelo movimento. Em consonância com a ideia apresentada no poema, a análise do Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA permite compreender como o combate ao racismo se apresenta como uma demanda do movimento.

No ano de 1990, no mês de agosto, realizou-se uma plenária cujo objetivo era a realização de debates e apontamentos para a formação da Central dos Movimentos Populares. O MST estava presente nesta plenária juntamente com diversos outros movimentos populares, como a CUT e a Pastoral da Criança. Destaca-se na ocasião registrada na edição de número 98 do Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA, do mês de novembro, a aprovação do combate ao racismo como eixo de luta da Central. Abaixo um trecho do texto do jornal, no qual é possível perceber quais os eixos de luta foram definidos pela Central, que deveriam ser discutidos no interior das organizações.

Eixos de luta

Os pontos aprovados para aprofundar nas discussões estaduais: lutas para moradia, saúde, educação, transporte, saneamento; ecologia; direitos; soberania; luta pela vida; enfrentamento à dívida externa; combate ao racismo; cultura e comunicação alternativa.⁸

A força de um movimento social reside na sua capacidade de traduzir suas experiências e demandas específicas em reivindicações que dizem respeito a toda a sociedade (ALEXANDER, 1998, p. 21). O sociólogo Jeffrey C. Alexander afirma que “usar” uma organização com eficiência “significa aprender a traduzir experiências, do particular para o geral, do institucional para o civil e vice-versa”. (ALEXANDER, 1998, p. 21) A participação do MST na plenária para construção de uma rede de organizações sociais em prol de objetivos comuns definidos, demonstra a comunicação do movimento com outras entidades

⁷Jornal SEM TERRA, nº 66, p. 19, Setembro 1987

⁸Jornal SEM TERRA, nº 98, p. 14, Novembro 1990

de luta, o que favorecia a tradução das reivindicações do MST de forma que estas fossem entendidas de uma forma geral, pertencente a toda sociedade civil.

Outro ponto importante dessa passagem é a aprovação do combate ao racismo no eixo de lutas que devem ser discutidos no interior dos movimentos. Percebe-se então que a questão racial passa a ser encarada não apenas com caráter de denúncia, mas passa a ser uma luta empreendida pelo movimento.

A análise do Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA expõe o debate acerca da questão racial como uma constante no movimento. O tratamento acerca deste tema não se deu de forma linear dentro do movimento. Percebe-se diferentes abordagens e enfoques trabalhados no jornal que permitem entender como a questão racial se comportou no jornal. Um importante ponto a se explorar é analisar como se dava a relação do MST junto às organizações que se dedicavam à defesa da população negra. De 1984 até 1995, muitas foram as ocorrências de colaboração entre os trabalhadores rurais sem terra e as entidades negras. Ainda em 1988, o Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA relata uma romaria, importante ferramenta de mobilização utilizada pelo MST, que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro em conjunto com a Comissão Pastoral do Negro, no qual o tema foi “Da terra escrava brota um clamor de justiça”, onde os presentes caminharam por cerca de 4km em fila. Outra importante mobilização registrada no principal veículo de comunicação do MST da época, foi a 11ª Romaria da Terra, ocorrida também no ano de 1988, em que o tema além da questão da terra e da mulher trabalhadora, envolveu também a questão racial. Esta edição da Romaria ocorreu na Serra do Tapes, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Na ocasião desta mobilização é relatado que “brancos ajoelhados pediram perdão aos negros pelos séculos de escravidão à que tem submetido a raça negra”⁹.

A partir desses registros é possível entender que o MST buscou trabalhar a questão racial em suas mobilizações reconhecendo os regimes de opressão em que os povos negros estavam submetidos, porém o movimento fazia esse debate desvinculado da questão da terra, não há nas ocasiões apresentadas acima, a reflexão dos impactos da escravidão e do racismo nos trabalhadores e trabalhadoras rurais negros e negras. Ou seja, havia o debate sobre a questão racial mas não das implicações da questão racial no meio rural em específico.

⁹ Jornal SEM TERRA, n° 71, p. 4, Março 1988

Como dito anteriormente, a questão racial não se comporta de maneira linear no *Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA*, abordagens e enfoques são trabalhados de forma diversificada ao longo dos anos. Uma recorrente forma de abordagem foi através da análise de dados estatísticos coletados e produzidos pelo IBGE. Esse tipo de enfoque tinha como objetivo evidenciar as contradições decorrentes do modelo neoliberal adotado pelo governo Collor e FHC, principalmente. Nestas narrativas são exploradas e denunciadas as desigualdades de salários entre trabalhadoras e trabalhadores negros. A questão racial impressa nesse discurso cumpre um papel de denúncia do neoliberalismo.

Os números do censo sobre a população empregada, demonstram que ainda é grande a discriminação racial. Para cada 1 empregado negro, há 5 pardos e 8 brancos. Ao nível do salário a discriminação se acentua, principalmente quando o trabalhador em questão for mulher. Em muitos casos a diferença entre o homem e a mulher chega a 100%.¹⁰

As discriminações raciais no Brasil se manifestam de diversas formas ao longo do tempo. O mercado de trabalho não está imune ao impacto do racismo, os números e estatísticas produzidos neste campo demonstram como a discriminação racial se expressa no interior das relações no mercado de trabalho. Henriques traz uma importante contribuição para esta discussão quando argumenta que ao longo dos anos 1990 as mulheres negras foram especialmente penalizadas pelas políticas neoliberais implementadas no Brasil (HENRIQUES, 2001, p. 2001).

Para compreendermos como a questão racial se relaciona com o neoliberalismo, se faz necessário entender o contexto de implementação desse modelo e suas implicações para a classe trabalhadora na década de 90. O modelo neoliberal se insere no Brasil em um momento de crise e esgotamento do Estado Desenvolvimentista, em vigor desde a década de 30. Segundo Tavares & Melim,

o Brasil foi o último dos países latino-americanos, já no começo da década de 1990, a entrar nesse circuito de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo, inserindo-se de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial. (TAVARES & MELIN, 1998, p. 51)

¹⁰ *Jornal SEM TERRA*, nº 99, p. 12, Dezembro 1990

A partir do último ano de mandato do governo Sarney, as bases do neoliberalismo passaram a ser fincadas no contexto político-econômico brasileiro. Com o governo Collor, as medidas neoliberais se intensificaram com as Diretrizes de Ação do Governo Fernando Collor de Mello, que determinavam uma nova relação entre o Estado e a iniciativa privada objetivando uma modernização estatal. O eixo central do governo Collor se tratava de uma política econômica voltada para o combate à inflação, denominado “Plano de estabilização” (NERI, 2006, p. 8). Neste sentido, a implementação desta política teve seus efeitos práticos no aprofundamento da recessão, que penalizou os setores mais frágeis da sociedade, mais especificamente com o aumento do desemprego e a precarização das políticas sociais (CARVALHO, 2006, p. 101).

O *Impeachment* de Fernando Collor, mais do que uma ruptura, significou a continuidade do projeto neoliberal, doravante representado na figura de Itamar Franco. Findando o governo deste, Fernando Henrique Cardoso é eleito em 1994 com um projeto político e econômico de bases neoliberais. Segundo Teixeira, a política neoliberal em FHC consistia em “acabar com a inflação, privatizar, reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho” (TEIXEIRA, 1998, p. 225). As medidas neoliberais de FHC tiveram como um dos grandes expoentes o Plano Real, que tinha como uma das características a “Âncora Cambial”, ou seja, o controle da valorização do dólar frente ao real, garantido pela política de juros altos e arrochos salariais, com a menor oferta de moeda nacional no mercado. A título de ilustração para se ter uma ideia do que significou o governo do tucano para os trabalhadores, o autor José Paulo Netto escreve, “desde os seus primeiros anos no Planalto, presidiu um governo direcionado contra os interesses e as aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros” (NETTO, 1999, p. 75)

Em 1999, cerca de 34% da população brasileira se encontrava abaixo da linha da pobreza e 14% dos brasileiros faziam parte de famílias que possuíam renda inferior à linha de indigência, ou seja, famílias que possuíam renda inferior ao custo de uma cesta alimentar que garanta o consumo calórico básico (NETTO, 1999, p. 75).

Seguindo os dados produzidos pelo PNAD, é possível realizar a análise pelo recorte racial, o que permite entender a composição da pobreza no Brasil em 1999, ano em que 45% da população brasileira era composta por pessoas negras. Da população pobre brasileira os

negros correspondiam a 64% e 69% da população indigente. Percebe-se a partir destes dados que a quantidade de pessoas negras pobres não se dá de forma proporcional à configuração total da população brasileira. Para evidenciar essa desigualdade, analisemos os dados por renda relativos às pessoas brancas. Segundo o PNAD, os brancos representavam 54% da população total, por sua vez, esta população representava 36% da população pobre e 31% da população indigente no Brasil (NETTO, 1999, p. 75). Em números absolutos, a referida pesquisa revela que em 1999, 53 milhões de brasileiros estavam em situação de pobreza. Destes 19 milhões eram brancos, 30,1 milhões eram pardos e 3,6 milhões de pretos. Dos 22 milhões brasileiros indigentes, 6,8 milhões são brancos, 1,5 milhões são pretos e 13,6 milhões são pardos (NETTO, 1999, p. 75).

Até 1995, a pobreza esteve relativamente constante no patamar de 40%, após este ano este índice reduziu para 34%. Porém para a população negra, a redução neste índice pouco influenciou em suas condições materiais, pois independente do patamar, o índice percentual de negros que compõem esta estatística permaneceu constante em 63% (HENRIQUES, 2001, p. 10). A partir desses dados, Henriques conclui que “a constatação incontornável que se apresenta é que nascer de cor parda ou de cor preta aumenta de forma significativa a probabilidade de um brasileiro ser pobre” (HENRIQUES, 2001, p. 11).

Esta configuração de renda decorre principalmente do desmonte das políticas sociais e precarização das condições de trabalho próprias da proposta neoliberal já explicitada anteriormente neste trabalho. Segundo Henriques,

Os principais determinantes da pobreza observada no Brasil estão associados, sobretudo, à desigualdade na distribuição de recursos, e não propriamente à escassez de recursos. Isso significa que o Brasil, tanto em termos absolutos como em relação aos diversos países do mundo, não pode ser considerado um país pobre, mas, sem dúvida alguma, deve ser considerado um país extremamente injusto. (HENRIQUES, 2001, P. 20)

A partir do trecho acima, percebe-se no Brasil uma realidade de desigualdade na distribuição de renda, onde os negros são os mais vulneráveis e que sentem em maior intensidade os efeitos da política neoliberal, onde se produz riqueza, mas não há um compromisso com uma divisão mais igualitária da riqueza produzida. Com o exposto, é possível perceber que a população negra é a população mais vulnerável aos efeitos das medidas neoliberais. Achille Mbembe é um importante intelectual que desenvolve o estudo

acerca de como neoliberalismo enxerga a população negra e quais papéis e lugares são reservados para os negros.

Para entendermos a relação entre racismo e neoliberalismo é imprescindível recorrer à reflexão elaborada por Achille Mbembe acerca do tema. Sobre neoliberalismo, o autor escreve:

Por neoliberalismo entenda-se uma fase da história da Humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais. O neoliberalismo é a época ao longo da qual o tempo (curto) se presta a ser convertido em força reprodutiva da forma dinheiro. Tendo o capital atingido o seu ponto de fuga máximo, desencadeou-se um movimento de escalada. O neoliberalismo baseia-se na visão segundo a qual “todos os acontecimentos e todas as situações do mundo vivo (podem) deter um valor no mercado”. Este movimento caracteriza-se também pela produção da indiferença, a codificação paranóica da vida social em normas, categorias e números, assim como por diversas operações de abstração que pretendem racionalizar o mundo a partir de lógicas empresariais. Assombrado por um seu duplo funesto, o capital, designadamente o financeiro, define-se agora como ilimitado, tanto do ponto de vista dos seus fins como dos seus meios. Já não dita apenas o seu próprio regime de tempo. Uma vez que se encarregou da “fabricação de todas as relações de filiação”, procura multiplicar-se “por si mesmo” numa infinita série de dívidas estruturalmente insolúveis. (MBEMBE, 2014, p. 13)

Mbembe, no trecho acima, discorre acerca da capacidade do modelo neoliberal de estabelecer um determinado valor de mercado nas mais diversas relações, e como estas são impactadas por uma visão e lógica empresarial. Seguindo a reflexão do autor, quando analisado historicamente, o conceito de raça é fluido e variável ao longo do tempo, e foi construído de tal forma que o negro fosse encarado como um indivíduo colocado à margem e com a possibilidade de ser descartado se um dia deixar de ser útil (MBEMBE, 2017). Daí reside a correlação explorada pelo MST entre a precarização dos trabalhadores negros e o modelo neoliberal, que dispensa os salários mais baixos à população negra.

Para o autor Silvio Almeida, em sua obra “Racismo Estrutural”, a noção de raça é um fator político relevante constantemente utilizado para naturalizar as desigualdades e segregações sofridas por sujeitos racialmente identificados. Para entender como se configura essa situação de segregação, Silvio Almeida trabalha duas importantes concepções acerca do racismo. São elas, a concepção institucional e a concepção estrutural. A concepção institucional diz respeito ao racismo e práticas racistas que são resultados do funcionamento das instituições, que conferem “ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça” (ALMEIDA, 2019, p. 26). Segundo o autor, a desigualdade racial provém não

apenas das ações individuais discriminatórias do ponto de vista racial, mas especialmente porque as instituições são “hegemonizadas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2019, p. 27).

A análise do racismo pela concepção institucional é importante e trouxe avanços. Porém, verificava-se que o racismo é anterior às instituições, ou seja este racismo é componente da ordem social. A análise do racismo como constituinte da ordem social é denominada concepção estrutural. Essa forma de análise concebe que no Brasil, o racismo é parte estruturante da formação da sociedade, por isso ele se manifesta nas práticas individuais, institucionais e, “como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2019, p. 34). O estudo do racismo estrutural permite compreender que a categoria raça é uma relação social, que se manifesta em práticas que ocorrem no interior de uma estrutura composta por conflitos e contradições.

O racismo estrutural, encarado como um processo político e histórico, permite concluir que o racismo é um “processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade”, e que depende de um poder político para viabilizar a segregação e discriminação de um grupo social inteiro. É neste sentido que Silvio Almeida argumenta a impossibilidade da existência de um racismo reverso, ou seja, racismo cometido pelo grupo social que não detém o poder político. Além disso, a concepção estrutural entende o racismo como um processo histórico, na qual as características da manifestação do racismo são dadas pelas especificidades históricas de formação de cada sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 35).

A abordagem e denúncia contida na fonte analisada dialoga com a ideia desenvolvida por Abdias do Nascimento, em seu livro, “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, onde dialoga com a noção de racismo estrutural ao tratar o problema do genocídio da população negra como um processo que perpassa o tempo que assume diferentes formas. Das diversas frentes que Abdias desenvolve para sustentar sua argumentação, uma das principais centra-se na desconstrução do mito da democracia racial. Segundo o autor, este mito, tendo como Gilberto Freyre um dos seus maiores entusiastas, construiu e disseminou uma narrativa que coloca a miscigenação no Brasil como um processo harmonioso e ausente de violência. Abdias do Nascimento argumenta que a forma como foi

construída a narrativa acerca da miscigenação no Brasil, favorece o embranquecimento da população brasileira e na forma como a mesma se enxerga, como é possível depreender do trecho a seguir:

“Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo morenidade; não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro. É curioso notar que tal sofisticada espécie de racismo é uma perversão tão intrínseca ao Brasil a ponto de se tornar uma qualidade, diríamos natural do "branco" brasileiro. Como sempre, Freyre ilustra bem a afirmativa: ele considera Oliveira Viana como "o maior místico do arianismo que ainda surgiu entre nós"; entretanto Freyre não imagina, conforme observa o crítico Agripino Grieco, que *Casa grande e senzala*, o livro que o tornou famoso, foi diretamente influenciado pelo pensamento de Oliveira Viana e Alberto Torres” (NASCIMENTO, 2016, p. 43)

Abdias do Nascimento, em “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, teve como uma de suas principais influências o psiquiatra e filósofo Frantz Fanon, importante intelectual que contribuiu para o estudo de como a assimetria nas relações raciais se expressa de formas diferentes. Sua obra, “Pele negra, máscaras brancas”, se tornou um clássico e importante ferramenta para os estudos culturais e pós-coloniais. Em *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon desenvolve a ideia de que não existe racismo melhor ou pior (FANON, 2008, p. 86). É neste ponto que Abdias do Nascimento afirma que a narrativa de uma suposta democracia racial abre caminho para a manifestação do racismo de forma velada, em uma sociedade que enxerga a miscigenação como algo puramente orgânico, ignorando todo o processo de violência inserido nesta miscigenação e que julga desnecessário e impróprio o debate racial, visto que não haveria desigualdade entre raças, mas uma democracia racial.

Segundo Luciana Jaccoud, é com Gilberto Freyre que o termo “democracia racial” se estabelece no debate nacional. Essa ideia construída a narrativa da identidade de um “povo brasileiro” construída a partir de uma miscigenação romantizada e idealizada, com base na “boa convivência” e “paz social”. A autora afirma ainda que está implicitamente inserido no mito da democracia racial, o ideal do branqueamento quando Freyre argumenta que a miscigenação proporcionou melhores condições de mobilidade social que qualquer outro país. Porém é durante a ditadura militar que o mito da democracia racial passa a ser tratado

como dogma e adentrar o imaginário popular¹¹, e só ao final da década de 1980 que esta narrativa começou a ser questionada de forma mais sistemática para além do movimento negro, que já vinha denunciando as formas de discriminação e desigualdade que eram impostas à população negra brasileira.

Outro importante ponto a ser analisado no trecho da fonte exposto acima, é em relação à diferenciação que é feita entre pardos e negros. Segundo Weschenfelder e Silva, no contexto brasileiro, houveram três momentos distintos em que o termo pardo foi empregado. No primeiro momento, durante o século XIX, a categoria pardo era utilizada para diferenciar os homens e mulheres afrodescendentes livres dos escravizados. Neste raciocínio, compreende-se que durante o século XIX, a categoria negro não poderia coexistir com a condição livre, uma vez que quando fosse liberto, o indivíduo negro passava a ser encarado como pardo. Mais à frente, nos primeiros recenseamentos, desde o final do século XIX, a expressão pardo já passava a ser enxergada como um símbolo e enaltecimento da mestiçagem como identidade nacional, pavimentando o caminho para o surgimento da ideia de democracia racial. O terceiro momento trata-se justamente da contestação, da ideia de democracia racial discutida nesta pesquisa a partir das contribuições de Abdias do Nascimento e de Silvio Almeida que argumentam como a ideia de democracia racial não se sustenta na realidade social brasileira. As próprias denúncias presentes na fonte demonstram as disparidades da situação dos trabalhadores negros e brancos. Mas chama atenção a diferenciação apresentada na fonte entre pardos e negros. O trecho analisado data de dezembro de 1990, e desde a década de 70 do século XX o movimento negro vinha se organizando em diversas entidades em prol da defesa e conquistas de direitos para a população negra no Brasil (WESCHENFELDER; SILVA, 2018, p. 312).

Ao longo das edições do Jornal SEM TERRA, percebe-se a colaboração em diversas ocasiões entre o MST e entidades do movimento negro. Essa colaboração pode ser observada no trecho a seguir, na ocasião do Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), ocorrido em novembro de 1991, no Pacaembu, em São Paulo.

O **encontro de entidades negras** foi realizado em novembro no Pacaembu, em São Paulo. Cerca de 552 delegados das bases das organizações dos

¹¹ Em 1970, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil afirmava que no Brasil não existiam formas de discriminação racial, e por isso não havia “necessidade de tomar quaisquer medidas esporádicas de natureza legislativa, judicial ou administrativa para assegurar a igualdade de raças no Brasil” (JACCOUD, p. 52, 2008)

movimentos negros de todo o país, acompanhados de mais de 50 convidados e observadores, iniciaram o encontro com um culto à ancestralidade, realizado na noite do dia 14. Nos dias 15 e 16 foi estudado o texto básico do ENEN: “Avaliação, concepções, desafios e perspectivas do movimento negro”. Os participantes enfrentaram também dois temas que atualmente desafiam a comunidade negra: a esterilização de mulheres e o extermínio de crianças e adolescentes. Em entrevista concedida à Agen, Juarez Tadeu, da União dos negros pela igualdade, afirmou que a principal constatação foi que “no Brasil existe um projeto político que visa a extermínio do povo negro e a manutenção da atual estrutura de poder. Diante disso o povo negro quer apostar na organização para enfrentar esse extermínio físico, cultural etc”. Juarez afirmou também que o ENEN marcou uma grande mudança no movimento negro. “Estamos saindo de uma fase limitada à denúncia do racismo para uma fase na qual nos organizamos para a montagem de um projeto político e social que permita o exercício da cidadania por parte dos negros e de todos os empobrecidos” (Agen)¹²

O trecho acima, retirado do Jornal SEM TERRA, refere-se a um evento realizado no ano de 1991, o Encontro de Entidades Negras (ENEN), na cidade de São Paulo. Na ocasião, as mais diversas organizações do movimento negro se encontraram na intenção de debaterem sobre as ameaças vivenciadas pela população negra no Brasil. Importante destacar, no trecho acima, a denúncia da existência de uma estratégia de controle da população negra no Brasil, que passava por dois eixos principais: A esterilização de mulheres e o extermínio de crianças e adolescentes. Neste sentido, as feministas negras desempenharam importante papel na denúncia contra o controle da população negra, em especial na luta contra as esterilizações cirúrgicas (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012, p. 140).

É interessante pontuar que a relação do MST com o movimento negro é de constate troca de experiência e aprendizado, ou seja, através da diferenciação entre pardos e negros, realizada pelo MST, pode-se perceber que ainda no início da década de 1990, o discurso do movimento ainda estava sujeito reproduzir discursos que já estavam sendo questionados e problematizados pelo movimento negro. É o caso da utilização da categoria pardo que deste a década de 1970 era problematizada por intelectuais negros, e como percebemos acima na fonte, o MST ainda diferenciava pardo de negro. É interessante notar que a esta altura, o movimento negro já incorporava o pardo e o preto à categoria negro¹³. Este fato evidencia ainda mais o caráter de contínua construção que se percebe na construção ideológica do MST,

¹² Jornal SEM TERRA, nº110, p. 13, Novembro e Dezembro 1991

¹³ “Dos anos 1980 até hoje, vemos a intensificação desse movimento de desconstrução do mito e o deslocamento da categoria cor/raça parda, que agora em conjunto com os autodeclarados pretos, passa a ser nomeada como população negra”. (WESCHENFELDER; SILVA, 2018, p. 312)

principalmente se tratando de questões raciais, que pela análise de seu principal veículo de comunicação, mantém relações constantes com entidades do movimento negro.

A partir do que foi discutido, é possível perceber como o contexto racial brasileiro se faz presente como uma preocupação e denúncia por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao evidenciar como a política neoliberal reserva para os trabalhadores, em especial os trabalhadores negros e trabalhadoras negras, as condições mais precárias de trabalho e os menores salários. Além da denúncia ao caráter discriminatório da política neoliberal, como visto antes com Mbembe, os números expostos no texto presente no Jornal evidenciam o caráter do racismo estrutural que se constituiu ao longo da formação social brasileira que colocou a população negra em situação de vulnerabilidade.

A análise dos trechos retirados do Jornal SEM TERRA, permite entender a dinâmica de como as questões raciais eram trabalhadas nas páginas do jornal até 1995. Podemos perceber que os textos do MST possuíam um caráter denunciativo, ou seja, tinham um compromisso de fazer conhecidas as formas de discriminação e segregação à qual sofriam as populações negras no Brasil, e desconstruir o mito da democracia racial. Outro ponto importante presente no Jornal SEM TERRA, eram as formas de colaboração entre os trabalhadores sem terra e as entidades do movimento negro. Como demonstrado acima, eram realizadas romarias em conjunto com movimento de defesa da população negra, como a Comissão Pastoral do Negro, eram divulgados eventos como o Encontro Nacional de Entidades Negras (ENEN), eram realizadas entrevistas com lideranças do movimento negro, como na ocasião em que entrevistou-se Juarez Tadeu, da União dos Negros pela Igualdade. A colaboração entre o movimento negro e o MST está em consonância com a análise dos “novos movimentos sociais” proposto por Alain Touraine, onde este afirma que a força e alcance de determinado movimento está em tornar gerais suas experiências e demandas específicas, transformar aquilo que é particular em um dever de toda a sociedade. Neste sentido, a interação entre movimentos sociais de campos diferenciados possui potência para cumprir este papel.

Outro importante ponto a ser observado, é que até 1994 o Jornal SEM TERRA aborda de forma recorrente a questão racial a discriminação contra a população negra na sociedade brasileira. Porém não se encontra até 1994 nenhum texto que aborde a questão racial se manifestando no meio rural, espaço de atuação do MST. Até então, há denúncia das

condições precárias de trabalho da população negra nas cidades, mas não há notas sobre a situação da população negra no campo.

É possível perceber mudanças neste cenário a partir do ano de 1994, quando se aproxima a data dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, e a questão racial ganha centralidade no debate político, principalmente tendo como temas, o quilombo. Doravante, percebe-se uma mudança qualitativa na forma como o Jornal SEM TERRA aborda o debate racial, tendo como figura central, Zumbi dos Palmares. No capítulo a seguir, será investigada a importância da figura de Zumbi dos Palmares na localização do debate racial nas condições em que se encontravam o meio rural.

2 - MST X RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: Novas abordagens

As fontes dos anos de 1985 até o final de 1994, até então demonstram um caráter denunciativo do Jornal SEM TERRA no que diz respeito às relações raciais. Ou seja, percebe-se que havia no Movimento uma preocupação e um compromisso no combate ao racismo, evidenciado também pelas diversas colaborações com entidades do movimento negro. Porém, o olhar sobre a realidade racial no Brasil estava voltado sobretudo para o espaço urbano.

É importante avaliar que, como dito no capítulo anterior, as desigualdades raciais no Brasil estavam, ao longo da década de 90, expostas, como as próprias denúncias feitas pelo Jornal SEM TERRA permitem inferir, sobretudo quando analisados os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) expostos pelo próprio movimento em seu principal veículo de comunicação com sua militância à época. O IBGE, ao realizar suas pesquisas, oferece cinco categorias para uma pessoa selecionar segundo sua autodeterminação, são elas: preto, pardo, amarelo, indígena ou branco (HERINGER, 2002, p. 59). Uma pesquisa realizada por esta instituição em 1996 oferece importantes informações que contribuem para compreender a postura do MST perante as relações étnico-raciais existentes no país.

Neste levantamento, o IBGE concluiu que pretos e pardos constituíam 45,3% do total da população brasileira. Então segundo convenção do IBGE, a população negra no Brasil segundo a pesquisa realizada em 1999, correspondia a 45% da população brasileira. No primeiro capítulo foi analisado um texto contido no Jornal SEM TERRA o qual denunciava a precarização das condições dos trabalhadores negros que recebiam os piores salários, sobretudo quando se tratavam de trabalhadoras negras.

2.1 - Breve histórico do Movimento Negro na experiência republicana brasileira e seu momento de aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

As condições degradantes a qual a população negra no Brasil está submetida remontam desde a chegada dos primeiros africanos que desembarcaram na costa brasileira.

Em 1888, após anos de intensas lutas de resistência dos povos negros, o Brasil aboliu a escravidão. No ano seguinte, deu-se início a República brasileira. A nova estrutura política de Estado se inaugurava com problemas raciais que marginalizavam as populações negras (DOMINGUES, 2007, p. 102).

A exclusão da população negra se dava em diversos âmbitos. Como disserta o historiador estadunidense, George Reid Andrews, em “O protesto político negro em São Paulo”, no campo político, os negros estavam excluídos do processo de votação, no campo social as teorias de branqueamento e racismo científico sistematizavam um pensamento de inferiorização da população negra. Havia também uma exclusão econômica impulsionada pela preferência por imigrantes europeus nas vagas de trabalho (ANDREWS, 1991, p. 32).

Diante deste cenário de exclusão no qual estava submetida, a população negra instituiu os movimentos de mobilização racial negra no Brasil (DOMINGUES, 2007, p. 103). Neste momento surgiram em diversos estados, clubes, sociedades e variadas entidades que tinham como objetivo a aglutinação da população negra e promover debates para orientar a prática de defesa de suas demandas. Concomitante surgiu o que ficou conhecido como *imprensa negra*, que eram jornais produzidos por pessoas negras e tratavam de questões que diziam respeito às suas reivindicações e questões cotidianas como trabalho, moradia, educação, etc (DOMINGUES, 2007, p. 104 -105).

Mas durante a experiência da Primeira República (1889-1937), a organização de defesa da população negra que mais se destacou foi a Frente Negra Brasileira (FNB), segundo Petrônio Domingues, a “mais importante entidade negra do país”. A FNB, fundada em 1931 em São Paulo, se transformou em um partido cinco anos depois e chegou a ter 20 mil associados. Além da FNB, outras importantes instituições se destacaram na luta pela defesa da população negra na década de 30, como a Frente Negra Socialista (1932) e o Clube Negro de Cultura Social (1932).

Com a instauração do Estado Novo, os movimentos de contestação perderam espaço de atuação devido à forte repressão empreendida por parte das forças policiais (DOMINGUES, 2007, p. 106). No entanto, após o fim do governo Vargas em 1945, o movimento negro se rearticulou com ainda maior poder de mobilização que antes do Estado

Novo. Segundo Antônio S. A. Guimarães, o aumento do movimento negro se deu por três motivos principais:

Primeiro, porque a discriminação racial, à medida que se ampliavam os mercados e a competição, também se tornava mais problemática; segundo, porque os preconceitos e os estereótipos continuavam a perseguir os negros; terceiro, porque grande parte da população “de cor” continuava marginalizada em favelas, mucambos, alagados e na agricultura de subsistência. (GUIMARÃES, 2002, p. 88)

Este período teve como uma das principais entidades a União dos Homens de Cor (UHC), fundada em Porto Alegre, tendo como um de seus objetivos elevar o nível das condições econômicas e intelectuais da população negra no Brasil (DOMINGUES, 2007, p. 108). Fundado no Rio de Janeiro em 1944, O Teatro Experimental do Negro (TEN), foi outra importante organização que buscava representar as reivindicações da população negra que surgiu na década de 1940. Tendo como uma de suas lideranças o intelectual Abdias do Nascimento, o TEN tinha como objetivo inicial a formação de um grupo teatral constituído em sua totalidade por atores negros, mas suas atividades foram amplificando chegando a formar um jornal o *Quilombo*, fundou o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro (DOMINGUES, 2007, p. 109). Apesar da expansão das entidades negras no Brasil e sua grande atuação, este se via isolado por entidades tanto do espectro da direita quanto da esquerda marxista, o que resultou em uma limitação no alcance do movimento.

O Golpe de 64 desarticulou a estrutura de entidades que dialogavam entre si em prol do combate do racismo no Brasil. Domingues escreve que os militares criavam um estigma em relação aos militantes do movimento negro, acusando-os de criarem problemas que supostamente não existiam (DOMINGUES, 2007, p. 111)

A reorganização do movimento negro se deu em fins da década de 1970, em meio ao ressurgimento de outros movimentos sociais, como o movimento sindical, estudantil, entre outras. No ressurgimento do movimento negro, destaca-se a formação do Movimento Negro Unificado (MNU), uma importante organização que pretendia dialogar com outras entidades do movimento negro, além de um amplo campo de alianças com os mais diversos movimentos sociais.

O MNU, com sua proposta de diálogo com outros movimentos, objetivava a construção de alianças na luta contra a discriminação racial no Brasil. Diferente das

experiências anteriores, esta organização assumia uma postura radicalizada no combate ao racismo. Petrônio Domingues argumenta que uma das razões que levaram à radicalização do movimento negro na década de 1980 e 1990 foram as lideranças produzidas no cenário externo, como Martin Luther King, Malcom X, o partido marxista-leninista dos Panteras Negras, além dos movimentos de libertação ocorridos no continente africano.

Reforçando essa ideia de interlocução entre diferentes movimentos, podemos destacar a contribuição do sociólogo Florestan Fernandes quando este aponta que as categorias raça e classe, são categorias que devem ser trabalhadas de forma relacionada. Esse pensamento contribuiu para a criação de condições favoráveis para a colaboração entre movimentos de esquerda marxista e as organizações do movimento negro. Neste sentido, Florestan Fernandes discorre:

(...) a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem, que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado e mobilizado. Uma coisa é jogar contra o capital e o dinamismo negador de classe contra classe. Outra coisa é jogar contra ele todos os dinamismos revolucionários que fazem parte da situação global. (FERNANDES, 1989, p.63)

O protagonismo conquistado pelo movimento negro ao longo da década de 1980 e 1990 e os debates estimulados pelos 300 anos da morte de Zumbi, como dito anteriormente, gerou graduais transformações no interior do MST, que passa não somente a denunciar o racismo, mas passa adotar uma postura mais atenta à luta pelo direito à terra pelos povos quilombolas, e que a luta por uma sociedade mais justa no campo passa pela defesa destes povos. Neste sentido que Ferreira afirma que:

principalmente a partir da década de 90, com as discussões sobre a necessidade de políticas compensatórias e afirmativas, para a população negra, tal discurso proliferado, sobretudo, no âmbito dos movimentos sociais urbanos, ganha espaço também nos movimentos sociais rurais.

É o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passa a se sensibilizar com as desigualdades étnico-raciais da sociedade brasileira, acrescentando a seu léxico discursivo e agenda política, discussões que pretendem problematizar a paisagem racial brasileira, sem deixar de lado o conceito de classe, orgânico ao Movimento. (FERREIRA, 2013, p. 59)

Ferreira afirma que os movimentos negros pautaram com protagonismo o discurso antirracista no debate político (FERREIRA, 2013, p. 59). Como vimos no capítulo anterior, o

MST estabeleceu diversas formas de diálogo e colaboração com entidades de defesa da população negra. Do intercâmbio entre os dois movimentos que os trabalhadores sem terra passaram a problematizar as relações raciais presentes no campo, como afirma Ferreira no trecho acima.

A interlocução entre o MST e as entidades do movimento negro refletiram na forma como a questão racial passou a ser abordada a partir de meados da década de 1990. Essa percepção das relações raciais presentes no campo são encontradas principalmente nos textos que tratam de Zumbi e do Quilombo dos Palmares, a partir de dezembro de 1994. Como trabalhado acima neste mesmo capítulo, o Quilombo dos Palmares passa a ser visto como um exemplo de resistência e de distribuição da propriedade de forma coletiva, assim como sua colheita.

2.2 - Os quilombos e quilombolas no Jornal SEM TERRA

O movimento negro na experiência republicana brasileira passou por intensas transformações ao longo do tempo, como trabalhado acima. A estratégia adotada pelos movimentos surgidos nos anos finais da década de 1970 propiciou a interlocução de diferentes movimentos sociais. Neste cenário que entidades do movimento negro estabeleceram relações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o que provocou transformações na forma como este passou a abordar as relações raciais.

Na década de 1970, um importante tema retorna ao debate no interior do movimento negro, em meio à sua reorganização. Utilizado principalmente por Abdias Nascimento, Clóvis Moura e Décio Freitas, o termo “quilombo” encontra apoio em diferentes entidades do movimento negro e passa a ser utilizado não como um conceito exclusivamente histórico, mas sócio-antropológico (LEITE, 1999, p. 140). A intensificação no debate acerca da questão do quilombo, fez surgir novas abordagens e reflexões relativas ao termo, segundo Ilka Boaventura Leite, “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos” (LEITE, 1999, p. 127). Para o intelectual Clóvis Moura, o quilombo tem como característica fundamental a sua capacidade organizativa e caráter de resistência (MOURA, 1987, p. 12-13). Dialogando com este autor, Abdias Nascimento afirma que

“durante mais de três séculos da escravidão, os africanos e africanas se autolibertaram da escravidão através da fuga; constituía-se em agrupamentos denominados quilombos como meio de organizarem sua existência individual e coletiva, e como forma de combate ao sistema de opressão. (NASCIMENTO, 2002, p. 90)

O debate acerca deste tema foi se amplificando e chegou na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, dando origem ao Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, que diz:

Artigo 68: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 2016, p. 160)

Este dispositivo, fruto da articulação e elaboração de políticas públicas enviadas ao governo pelo movimento negro (NASCIMENTO, 2002, p. 18). O artigo 68 intensificou ainda mais o debate acerca da questão dos quilombos e quilombolas, o que propiciou uma “nova leitura da história” dos povos africanos e seus descendentes em terras no Brasil.

Pelo seu caráter transitório, Abdias Nascimento em o “Quilombismo”, chama atenção para a necessidade de regulamentação do artigo 68 e garantir o reconhecimento do direito à propriedade definitiva das terras ocupadas, e por conseguinte o direito de organização quilombola (LEITE, 1999, p. 131). No intuito de pressionar e acelerar o processo de regulamentação e garantia de implementação do dispositivo constitucional, organizações do movimento negro em conjunto com a intelectualidade, no período, passaram a discutir o significado de “quilombo” e “remanescentes de comunidades de quilombos”. O debate sobre este não se limitou aos espaços do movimento negro, transbordando para outros movimentos, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

A forma como o MST encarava a questão quilombola durante as décadas de 1980 e 1990 podem ser analisadas através do Jornal SEM TERRA, importante veículo de comunicação do movimento com sua militância. A primeira ocorrência do tema quilombo está contida na edição de número 40 do jornal, no mês de Abril de 1984. Na ocasião, tratava-se de um artigo de opinião do sociólogo Octavio Ianni, intitulado “A história do Brasil é uma história da luta pela terra”. Neste artigo Ianni afirma que os africanos escravizados fugiam dos senhores em busca de um pedaço de terra, destaca ainda que os quilombos eram “espécies de acampamentos que se transformavam em cidades”. Percebe-se

então que há uma identificação, ao menos a percepção de uma semelhança entre a luta do MST e a experiência dos quilombos. O que se percebe no interior do discurso impresso no artigo de opinião de Octavio Ianni, é a ideia de que a experiência dos quilombos era uma prática demarcada no tempo, ou seja, que não pertencia ao tempo em que foi escrito o artigo.

Após essa ocorrência, o tema dos quilombos e quilombolas se fará presente novamente em Abril de 1991, na edição 102. A partir de então esta questão passa a ser mais recorrente no periódico. Mas é em Junho de 1993 que o tema é tratado com protagonismo no Jornal SEM TERRA pela primeira vez. O texto “Resistência Negra: a luta dos remanescentes de “Quilombos””, traz um panorama do período relativo à luta dos povos quilombolas na conquista da terra. Esse panorama é focado em quatro comunidades remanescentes de quilombos, a Rio das Rãs (BA), Oriximiná (PA), Frechal (MA) e a do Vale da Ribeira localizada em São Paulo. Segundo o texto,

A existência destas comunidades evidencia a luta de resistência que os negros há séculos empreendem neste país. Suas populações vivem há mais de 200 anos reunidas nestes locais, cultuando suas tradições e tirando seu sustento da agricultura, da pesca e do extrativismo.¹⁴

Diferentemente de 1984, o trecho acima, de 1994, trata a luta dos povos quilombolas como um processo contínuo que sobrevive ao longo do tempo. É importante notar também que o Jornal SEM TERRA em sua abordagem em relação à essas comunidades, admite e reconhece a história dos povos negros no Brasil como sendo uma história de resistência. Essa característica discursiva converge com a seguinte ideia abordada por Ilka Boaventura Leite.

Escolhido para expressar a luta dos negros no Brasil, o termo vem evidenciar o aspecto militante e de não-acomodação, contrariando os estereótipos correntes de conformismo, superstição, sujeição, medo, embranquecimento, malandragem e corrupção, construídos pela idéia de embranquecimento e democracia racial que ganham força desde a Primeira República (1889-1930). Principalmente durante a década de 70 deste século, a “tese”, vamos dizer assim, dos quilombos, encontra apoio nos movimentos negros, então em fase de ampla reorganização, após duas décadas de ditadura militar, e em seguida sensibilizando intelectuais, convencidos já da necessidade de compreender quais os parâmetros para a consolidação da dicotomia negros/ brancos na sociedade brasileira

¹⁴ Jornal SEM TERRA, nº 126, p. 13, Junho 1993

Segundo Boaventura Leite, o termo “quilombo” ganha espaço no interior de diversas entidades do movimento negro e passa a representar um contraponto à ideia disseminada desde à Primeira República de “conformismo, superstição, sujeição, medo” que foram associadas ao indivíduo negro. Percebe-se então que há pontos de convergência entre o discurso analisado e o movimento negro, fruto de um diálogo entre os dois movimentos já trabalhado anteriormente nesta mesma pesquisa.

Neste mesmo texto, o MST, assim como Abdias Nascimento, chama atenção para o caráter transitório do dispositivo que visa garantir a propriedade para comunidades remanescentes de quilombolas, o que evidencia a forma como o movimento estava a par das discussões que permeavam as entidades do movimento negro. Prosseguindo na análise, é importante destacar como o movimento evidencia as associações criadas pelos próprios remanescentes a fim de garantir a implementação do artigo 68.

Por esta razão, as comunidades remanescentes de quilombos estiveram reunidas em São Paulo, articuladas pela Comissão Pró-Índio e pela Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, trocando suas experiências de lutas elaborando uma estratégia para garantir seus direitos frente à revisão constitucional.¹⁵

Um importante ponto que o Jornal SEM TERRA explora em suas páginas diz respeito às elites econômicas e grupos dominantes que possuem interesses nas terras ocupadas e reivindicadas por comunidades remanescentes de quilombos (LEITE, 1999, p. 142). O interesse desses grupos se manifesta de diferentes formas no conflito com os quilombolas, e produzem diferentes efeitos. Ainda segundo Ilka Boaventura Leite,

Seja porque a grande quantidade de casos levantados desde então surpreendeu os órgãos designados para coordenar o processo, seja porque o processo em si esbarra em interesses das elites econômicas envolvidas na expropriação de terras, no desrespeito às leis e nas arbitrariedades e violências que acompanham as regularizações fundiárias. (LEITE, 1999, p. 141-142)

Esta questão é abordada pelo Jornal SEM TERRA através de denúncia das tentativas de despejo de comunidades quilombolas por fazendeiros ou empresários. Em “Resistência Negra: a luta dos remanescentes de “Quilombos””, o texto denuncia que as comunidades no

¹⁵ Jornal SEM TERRA, nº 126, p. 13, Junho 1993

Frechal estavam sendo ameaçada por fazendeiros, mesmo após ser reconhecida como comunidade remanescente de quilombos¹⁶, segundo a fonte:

Embora a comunidade do Frechal já tenha obtido o decreto que a reconhece como remanescente de quilombos, no ano passado, nas vésperas da ECO-92, até hoje o IBAMA não entrou com ação desapropriatória, para que o pretense proprietário da área seja devidamente indenizado. Por esta razão, a comunidade continua sendo alvo de ações truculentas do fazendeiro, que os intimida com pistoleiros e procura dividir a comunidade oferecendo cestas básicas e dinheiro.¹⁷

No trecho acima, além das ameaças de fazendeiros, destaca-se a também a insatisfação quanto à forma como as instituições responsáveis estavam lidando com o processo de desapropriação. Avançando na análise deste mesmo texto, o Jornal SEM TERRA expõe conflitos nos quais as famílias quilombolas de Rio das Rãs. A fonte informa:

Desde 1984 as famílias de Rio das Rãs, que na época eram 300, começaram a ser agredidas pelo fazendeiro, que havia comprado a Fazenda do Mocambo recentemente. Com o objetivo de expulsar as famílias da área, o fazendeiro mandou derrubar roças, queimar casas, matar animais, envenenar rios e plantações e cercar a área. Hoje há 194 famílias na área, em um total de 1300 pessoas. Como não conseguiu expulsar todo mundo, atualmente o fazendeiro tem criado um conflito interno na área “doando” uma parte das terras para algumas famílias. Hoje todos os moradores, que antes se espalhavam em 5 comunidades, estão reunidas nesta área que tem 4 mil hectares, mas cuja metade é inundada. A área é insuficiente para o sustento de todas as famílias e mesmo assim, elas são impedidas de plantar. No ano passado, na hora da colheita, o fazendeiro mandou soltar o gado que consumiu com toda a produção e neste ano, as famílias foram impedidas de plantar por pistoleiros armados.¹⁸

A análise do trecho acima permite entender de que formas as famílias pertencentes à comunidade de Rio das Rãs eram ameaçadas nas terras em que ocupavam. Devido a investidas de um fazendeiro local que buscava tomar as terras ocupadas pelas comunidades remanescentes, essas famílias que se sustentavam através das atividades desempenhadas por estes nas terras. O trecho acima possibilita o entendimento da construção discursiva presente no Jornal SEM TERRA ao destacar as investidas de fazendeiros contra as famílias de Rio das

¹⁶Ilka Boaventura Leite, em relação ao método de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, afirma que “ os juristas muitas vezes, preocupados em encontrar uma definição genérica de quilombo que se aplica a todos os casos, deixam de considerar que os processos de apropriação/expropriação somente guardam uma pertinência pela sua especificidade histórica. Principalmente os operadores jurídicos esperam, principalmente dos cientistas sociais, “critérios objetivos” que possam nortear a identificação dos casos”

¹⁷ Jornal SEM TERRA, nº 126, p. 13, Junho 1993

¹⁸ Jornal SEM TERRA, nº 126, p. 13, Junho 1993

Rãs, a narrativa possui um caráter de denúncia relativos aos ataques sofridos por essas famílias construindo a ideia de que algo deveria ser feito a fim de se assegurar a sobrevivência e permanência da comunidade.

Além da ameaça de fazendeiros, o Jornal SEM TERRA também expõe como projetos de barragens no ano de 1994 ameaçavam comunidades que viviam do Vale do Rio Ribeira em São Paulo. Segundo a narrativa presente no texto, a população quilombola que vivia naquela região passou por um processo de conscientização que a preservação de seu estilo de vida dependia de uma postura de resistência. A fonte apresenta o seguinte discurso,

À 200 km da capital paulista, há uma região banhada pelo Rio Ribeira do Iguape, coberta pela vistosa e hoje rara Mata Atlântica e povoada por comunidades que há séculos se mantêm coesas e se dedicam predominantemente à agricultura. Hoje 11 mil hectares desta região, o Vale do Ribeira estão ameaçadas de ir para debaixo da água por causa da barragem de Tijuco Alto, que o empresário Antônio Ermírio de Moraes quer construir para obter energia barata para sua fábrica de alumínio. Além dessa, a CESP resolveu desengavetar, depois de 40 anos, o projeto de mais três barragens: Funil, Batatal e Itaoca que, se construídas, acabarão com o último rio vivo dos Estados de São Paulo e Paraná. Estas quatro barragens preveem a expulsão de 5 mil famílias que da terra a ser alagada, tiram seu sustento.

Há pouco tempo atrás, a população desta região acabaria por ser desalojada dessas terras, teria seu modo de vida desagregado e estaria condenada a perder seu rumo, se marginalizando na periferia das cidades.

Entretanto, o germe da luta popular tomou conta da região provocando importantes atitudes em uma população que tomou consciência que sua luta de resistência existe há muito tempo.¹⁹

No trecho acima há aspectos importantes que merecem ser destacados. Dentre eles, é interessante observar como a narrativa descreve que a luta empreendida pelas famílias do Vale do Ribeira foi o elemento que impediu o desalojamento destas e garantiu a manutenção do estilo de vida das comunidades da região. Neste sentido, Helbert Medeiros Prado contribui para o tema em seu artigo “Quilombolas no Vale do Ribeira”, quando demonstra o quão conflituoso o século a segunda metade do século XX significou para essas comunidades, em especial durante as décadas de 1980 e 1990, quando estes conflitos atingiram seus níveis de maior tensão (PRADO, 2016, p. 35).

É importante analisar qual o significado que essas denúncias têm para o movimento. Para além da superficialidade que é questionar a veracidade ou não da narrativa, mais importante ao historiador é entender os signos que estão representados nos discursos. Um

¹⁹ Jornal SEM TERRA, nº 138, p. 11, Julho 1994

importante papel que o discurso desempenha é o de trazer as semelhanças entre a luta das comunidades remanescentes de quilombos e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa função é desempenhada de duas formas.

A primeira delas se dá ao expor as ameaças que os quilombos estão expostos principalmente por fazendeiros e por projetos que beneficiam as elites empresariais, como a construção de uma barragem que viabilizaria o funcionamento de uma fábrica de alumínio, o MST comunica a seus leitores e militantes que as comunidades quilombolas compartilham dos mesmos “inimigos”. Não são raras as ocasiões em que o Jornal SEM TERRA denuncia ações de fazendeiros similares às descritas acima contra acampamentos de trabalhadores sem terra, por exemplo quando, em outubro de 1993, na edição 130, em que o jornal veicula que 150 famílias ocuparam a sede do Incri de Conceição do Araguaia, reivindicando a desapropriação de áreas que estavam ocupadas há pelo menos três anos pelos trabalhadores paraenses, e estes recebendo ameaças de morte por parte do fazendeiro local. É importante observarmos também que os discursos acerca de quilombos que foram analisados nesta pesquisa, tratam-se de comunidades que ocupam áreas rurais e tiram seu sustento do trabalho na terra. Esse aspecto configura-se como um elemento identificador por parte do MST, pois assim como os militantes sem terra que produzem na terra e reivindicam terra para quem nela trabalha, as comunidades quilombolas dependem do reconhecimento da terra para preservarem seu modo de vida.

É importante para os dois movimentos a construção e o reforço de elementos de identificação para que haja a construção de um sentimento de colaboração e solidariedade entre os militantes destes dois movimentos. O que convergia com o Programa de Ações de 1982 do MNU, que defendia a “formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador” (DOMINGUES, 2007, p. 114)

2.3 - O Quilombo dos Palmares como elemento mobilizador no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Percebe-se uma progressiva alteração na forma como o Movimento enxerga o combate ao racismo e aborda a questão racial no país, no ano de 1993, fruto da constante interação dos trabalhadores sem terra com entidades do movimento negro. Essas mudanças se

refletem nas páginas do Jornal SEM TERRA. É importante lembrar que em 20 de novembro de 1995, seriam lembrados 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Este importante marco estimulou diversos debates acerca do tema da realidade à qual estavam submetidas as populações negras no Brasil, e como se deram os processos históricos que resultaram na configuração de tal realidade.

Na edição de número 143, publicada em dezembro de 1994, o periódico já trazia em sua primeira página (Anexo I) uma referência aos 300 anos da morte de Zumbi, que se completariam no ano seguinte. Na página 12 desta mesma edição, em texto escrito pela arquiteta Dulce Pereira, o Jornal SEM TERRA destaca o Quilombo dos Palmares como a “primeira república das Américas”, dialogando com Abdias do Nascimento, importante intelectual que afirma que a República de Palmares foi um “verdadeiro Estado Africano”(NASCIMENTO, 2002, p. 70).

Para compreender a importância de Zumbi para o MST, é necessário recorrer à Abdias do Nascimento. Este autor em “O Quilombismo”, dentre outros temas, trabalha a importância de Zumbi e do Quilombo dos Palmares e o exemplo que este deixou como figura de resistência. Para Nascimento, este quilombo representava um contraponto e colocava em questão toda a estrutura colonial:

o exército, o sistema de posse da terra dos patriarcas portugueses, ou seja, o latifúndio, assim como desafiou o poder todo poderoso da Igreja católica. Resistiu a cerca de 27 guerras de destruição lançadas pelos portugueses e os holandeses que invadiram e ocuparam por longo tempo o território pernambucano. Palmares manteve sua existência durante um século: de 1595 a 1695. (NASCIMENTO, 2002, p. 71)

Entre todas as formas de sustentação do colonialismo que se viam ameaçadas pela experiência de Palmares, a questão do latifúndio foi uma das mais trabalhadas pelo Jornal SEM TERRA. Ainda segundo Abdias do Nascimento, na experiência do Quilombo dos Palmares se percebia um regime de propriedade na qual a terra pertencia a todos os palmarinos, e a produção era propriedade comum. Esse aspecto da realidade do Quilombo dos Palmares dialogava diretamente com uma das principais resoluções elaboradas no I Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em janeiro de 1984, que defendia a “terra para quem nela trabalha”, que pode ser encontrada na página 10 da edição de número 45 do Jornal

SEM TERRA. Neste sentido Dulce Pereira, já no início de seu texto no Jornal SEM TERRA, afirma que a experiência de Palmares

Sobrevive não apenas ao genocídio praticado pelos agentes dos governos portugueses, franceses e holandeses mas sobretudo à tentativa de se apagar da memória nacional o sonho concretizado naqueles cem anos de uma sociedade plural, com controle da riqueza pelos trabalhadores, liderado por mulheres e negros, com direito à terra para quem ali produzia.²⁰

É importante analisar no trecho acima o momento em que a autora do texto aborda que o Quilombo dos Palmares resistiu “à tentativa de se apagar da memória nacional”. Para entender o significado dessa afirmação, Abdias do Nascimento traça uma importante reflexão sobre como se deram essas tentativas de se apagar da história o personagem negro como agente de suas próprias ações e detentor de práticas de resistências.

Segundo Nascimento, a busca em apagar a escravidão da memória dos povos afro-descendentes foi um esforço empreendido pelas camadas brasileiras mais elitizadas objetivando dois resultados principais. O primeiro, segundo o autor, visava aliviar a culpa dos descendentes escravocratas que, segundo Nascimento, se conservam na elite política. Outro motivo era tirar do indivíduo negro a sua identidade original, como o mesmo afirma, a “erradicação da personalidade africana”. Esses esforços foram empreendidos por meio de “porta-vozes teóricos”, compostos por cientistas sociais, historiadores, literatos, educadores, além de outras variadas representações do campo intelectual brasileiro (NASCIMENTO, 2002, p. 116).

Para Abdias do Nascimento existem dois atores mais fortemente afetados pelo apagamento da história dos povos negros, a elite branca que se beneficiaria da invisibilização dos negros, e a população afro-brasileira que sofreria um processo de erradicação em sua personalidade africana. Mais uma vez é possível identificar uma aproximação entre o pensamento de Abdias do Nascimento e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O regime de propriedades encontrado no Quilombo dos Palmares é uma questão que fez com que o MST passasse a abordar a experiência de Palmares como um exemplo. Dulce Pereira, em seu texto no Jornal SEM TERRA, afirma que “Palmares está vivo no inconsciente da nação brasileira de forma diferenciada para negros e para brancos, com

²⁰ Jornal SEM TERRA, nº 143, p. 12, Dezembro 1994

significados diferentes para o povo e para a elite que se mantém no poder”. Ou seja, assim como Abdias do Nascimento, o texto analisado concorda que não é interessante para as elites a memória de Zumbi. A autora discorre que, “Para os brancos — porque as classes dirigentes impuseram essa forma de ver — quilombos significam aglutinados de negros rebeldes que, por se recusarem a trabalhar como escravos, estruturaram suas guerrilhas, ao contrário dos outros submetidos à escravidão” (Jornal SEM TERRA, nº 145, p. 12, Dezembro 1994)

A fonte ainda diz que: “Os senhores brancos do poder, hoje vivos em seus netos e bisnetos que representam a oligarquia, fizeram com que os negros não confiassem nos brancos e com que os brancos temessem os negros” (Jornal SEM TERRA, nº 145, p. 12, Dezembro 1994)

Infere-se a partir dos trechos acima que, assim como Abdias do Nascimento, o MST avalia que houve uma continuidade daqueles que ocupam a elite política, no sentido de que os descendentes dos escravocratas do período colonial se perpetuaram no poder, mantendo uma lógica de exclusão da população negra que refletia nas denunciadas tentativas de invisibilização da memória negra, apontada por Abdias de Nascimento e percebidas pelo MST.

O texto de Dulce Pereira permite identificar importantes aspectos da forma como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra enxergavam a questão do Quilombo dos Palmares e seu último líder, Zumbi. Entretanto, a grande novidade é que este movimento pela primeira nas ocorrências do Jornal SEM TERRA, encarou a história da resistência quilombola como algo que pertence à história, luta e reivindicação do próprio MST, ou seja, o movimento passa a encarar a história da resistência quilombola como parte de sua própria história. É isso que significa quando o texto de Dulce Pereira diz que o Quilombo dos Palmares deixa o legado do “sonho concretizado”, da “riqueza controlada pelos trabalhadores”. Isso quer dizer, o Quilombo dos Palmares é visto não exclusivamente como algo para as comunidades quilombolas, mas que diz respeito ao MST, e que possui um poder de mobilização significativo devido à sua capacidade de identificação por parte dos militantes sem terra que, segundo constatado por Simone Maria de Souza, é composto majoritariamente por trabalhadores e trabalhadoras negros e negras (SOUZA, 2009, p. 11).

Neste momento se faz importante a análise da questão do Quilombo dos Palmares pela perspectiva de diferentes historiadores que trabalharam este tema em suas pesquisas. O historiador Souza afirma que a questão palmarina ganhou visibilidade durante a primeira década do século XX como símbolo da cultura afro-brasileira. Dentre os historiadores que se debruçaram sobre o Quilombo dos Palmares, Raimundo Nina Rodrigues teve um papel importante na maneira como a academia passou a encarar este tema. Souza afirma ainda que antes de Nina Rodrigues não haviam trabalhos comprometidos a investigar a experiência palmarina de forma aprofundada (SOUZA, 2013, p. 94).

O discurso presente no Jornal SEM TERRA acerca do Quilombo dos Palmares deve ser analisado juntamente com a forma em que a historiografia e os diferentes historiadores encararam este tema. Vimos acima como a experiência palmarina é elaborada de tal forma no interior do discurso do periódico que o quilombo cumpre um papel importante de mobilização e engajamento dos militantes do MST. Neste sentido, João José Reis afirma que a historiografia de esquerda foi fundamental para desmistificar aspectos ligados ao Quilombo dos Palmares, por outro lado, “criou outros tantos mitos freqüentemente para servir projetos políticos imediatos” (REIS, 1995-1996, p. 17). Segundo Reis, autores como Décio Freitas e contribuíram bastante nas pesquisas acerca de Palmares, porém análises parciais de fontes levaram a leituras idealizadas da experiência deste quilombo. Dentre os mitos criados, destaca-se o que se refere à distribuição das riquezas no Quilombo dos Palmares, pois é um elemento presente no discurso do próprio MST presente em seu jornal, quando este afirma que o Quilombo dos Palmares representa o sonho concretizado no qual os trabalhadores possuíam o controle das riquezas. Neste sentido, João José Reis argumenta que este tipo de afirmação trata-se de uma idealização da experiência palmarina. A intenção do autor é realizar uma análise crítica acerca do Quilombo dos Palmares que fuja de narrativas idealizadas ou depreciativas.

CONCLUSÃO

A análise realizada nesta pesquisa objetivou investigar se o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em seu principal veículo de comunicação durante as décadas de 1980 e 1990, a princípio tratava sobre as relações raciais. Averiguada a ocorrência significativa do trato com o tema das questões raciais desde os primeiros anos da existência

do movimento, o próximo passo foi entender quais formas e abordagens utilizadas foram adotadas pelo Jornal SEM TERRA ao longo das duas décadas analisadas.

Como pudemos analisar, a forma como o MST abordava em seu jornal as relações raciais não se deu de forma linear. Em um primeiro momento, de 1984 até 1994, predominou o caráter denunciativo quanto às práticas racistas às quais as populações negras estavam submetidas. Um ponto a se observar aqui é que, embora o MST seja um movimento essencialmente rural, as denúncias eram voltadas principalmente para as expressões do racismo no meio urbano, como por exemplo, os salários mais baixos destinados aos trabalhadores negros.

É interessante pontuar também que o Jornal SEM TERRA evidencia diversas ocasiões de interlocução do MST com movimentos sociais distintos, como sindical, estudantil e com diferentes organizações do movimento negro. Essa interlocução com o movimento negro colocou o MST a par dos debates protagonizados por aquele movimento, o que foi construindo e transformando o discurso referente às relações raciais no interior do Jornal SEM TERRA.

O primeiro efeito dessa interação no discurso do MST, se dá na abordagem em relação às comunidades remanescentes de quilombos. Antes tratado de maneira esporádica e secundária, a partir de 1994 as famílias quilombolas passaram a ocupar mais páginas do jornal, e com uma regularidade maior. Os discursos neste tema possuíam a importante função de colocar o MST e o movimento das comunidades remanescentes de quilombo em situação de semelhança, destacando as ameaças sofridas, a situação das famílias e o fato de que a sobrevivência destas depende da regularização das terras ocupadas. Esta maneira de abordar o tema dos quilombolas tinha como objetivo estabelecer e reforçar redes de apoio e colaboração através da construção da identificação de uma mesma luta por parte dos militantes do MST.

A maior atenção em relação aos quilombos não foi o único efeito advindo da interação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e entidades do movimento negro. Uma importante novidade na abordagem das relações étnico-raciais se deu em meio aos debates promovidos e estimulados pela aproximação da data de 20 de novembro de 1995, que marcaria os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares.

Nesta ocasião, o MST explorava a memória de Zumbi e da realidade do Quilombo dos Palmares e daqueles que ali viviam. Um fator de grande importância e que merece destaque, é a perspectiva que o movimento adota de encarar a experiência dos palmarinos como um exemplo. É neste momento, que o movimento absorve a questão racial para o interior do seu discurso de mobilização e engajamento da militância. É principalmente a partir de Dezembro 1994, como analisamos, que o MST passa a encarar a questão racial como elemento que perpassa o interior do movimento. A memória de Zumbi e do Quilombo dos Palmares possui uma força de mobilização significativa no discurso impresso no jornal, devido, entre outros fatores, à composição majoritariamente negra dos militantes sem terra.

Abdias Nascimento considera que Zumbi, último líder do Quilombo dos Palmares, assim como “todo povo heróico de palmares”, devem ser celebrados e reconhecidos (NASCIMENTO, 2002, p.72). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra compartilham deste mesmo entendimento acerca da experiência de Palmares, Dulce Pereira escreve que, “Quase 300 anos depois, herdeiros de Zumbi e Dandara, de todas as origens desmascaram a mentira da democracia racial brasileira e da cidadania burguesa e revelam as chagas da escravidão”²¹.

A análise realizada nesta pesquisa permite inferir que o Jornal SEM TERRA, desde 1984, têm tido uma abordagem diversificada em relação à questão racial. Essas variações se dão à medida que as interações entre os MST e o movimento negro, o que possibilitou aos dois movimentos o intercâmbio entre suas linguagens, tendo como um dos efeitos a aparição de debates próprios do movimento negro nas páginas do Jornal SEM TERRA. É importante entender que esta pesquisa não esgota as possibilidades de investigação relativas ao tema. Ainda há perguntas não respondidas por esta pesquisa, é necessário ainda entender como se davam as relações étnico raciais entre os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa pesquisa se coloca como mais uma ferramenta no esforço de entender como as questões étnico-raciais se relacionam com o MST.

²¹ Jornal SEM TERRA, nº 143, p. 12, Dezembro 1994

Anexo I



Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey C.. **Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais.** Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 13, n. 37, p. 5-31, June 1998 .

ALMEIDA, Silvio. **RACISMO ESTRUTURAL.** Polén Livros. São Paulo. 2019.

ANDREWS, George. (1991) **O protesto político negro em São Paulo – 1888- 1988.** Estudos Afro-Asiáticos, (21): 27-48

BALDI, F.; ORSO, P. J. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST– educação em movimento.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 13, n. 50, p. 275–285, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BURKE, Peter. **História e teoria social.** SP: Unesp, 2002

CARVALHO, Carlos Eduardo. **As origens e a Gênese do Plano Collor.** Nova Economia, vol. 16, nº 1, 2006, p. 101-134.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal.** Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.

DAL RI, N.M.; VIEITZ, C.G. **A educação do Movimento dos SemTerra.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 26, 2004

DAMASCO, Mariana Santos et al. **Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993).** Rev. Estud. Fem., v.20, n.1, Florianópolis, Jan./Abr. 2012

DE LUCA, T. R. **Histórias dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153

DELACROIX, Christian. **A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras?** Tempo e Argumento. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOSSE, François. **HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE E HISTORIOGRAFIA**. Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

FANON, Frantz.. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançado. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Año IX N° 24 - Outubro de 2008.

FERREIRA, Fred Igor Santiago. **A questão racial no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: breve discussão, perspectivas e desafios**. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina

FERREIRA, João Paulo; LEESON, George; MELHADO, Vivian Ramos. **CARTOGRAFIAS DO ENVELHECIMENTO EM CONTEXTO RURAL: NOTAS SOBRE RAÇA/ETNIA, GÊNERO, CLASSE E ESCOLARIDADE**. Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro , v. 17, n. 1, e0017612, 2019 .

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova velha história: o retorno da história política**. Estudos Históricos, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina**. Cad. CRH, Salvador , v. 21, n. 54, p. 439-455, Dec. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 16, n. 47, p. 333-361, Aug. 2011

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. **Política: história, ciência, cultura etc.** In Estudos Históricos – Historiografia. Rio de Janeiro, v.9, nº 17, p.59-84, 1996.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Classes, raças e democracia**, São Paulo, Editora 34, 2002

HENRIQUES, R. et al. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001

Heringer R. Desigualdades raciais no Brasil: **síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas.** Cad Saúde Pública 2002; 18 Suppl: 57-65

JACCOUD, Luciana, et al. **Entre o racismo e a desigualdade: da Constituição à promoção de uma política de Igualdade Racial (1988-2008).** In: IPEA (Org.). Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Brasília: IPEA, v. 3, 2008.

LEITE, I. B. **Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?** In: Horizontes

Antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-150, maio de 1999

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: UMA HISTÓRIA DO VIVIDO.** IN. REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; JÚNIOR, Américo Alves de Lyra. COLEÇÃO HISTÓRIA DO PRESENTE: VOLUME 1.UFRR. Boa Vista, 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona, 2014

MOTTA, Roberto. **Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil.** Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro , n. 38, p. 113-133, Dec. 2000 .

MOURA, C. **Quilombos, resistência ao escravismo.** São Paulo: Ática, 1987

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo.** Fundação Palmares/OR Editor Produtor Editor, 2002.

NETTO, J. Paulo. **FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras.** In: LESBAUPIN, Ivo (Org.) O desmonte da nação: balanço do governo FHC. 3ª ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 75-89

NERI, Marcelo. (2006) **Desigualdade, estabilidade e bem-estar social**. Série Ensaios Econômicos EPGE/FGV no 637. Versão eletrônica disponível em: <http://epge.fgv.br/portal/arquivo/2168.pdf>

OLIVEIRA, Maria Rosa do Carmo. **A Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Sul da Bahia: A conquista do Assentamento nova Ipiranga-Camacan Bahia**. Disponível em <<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/mariarosadocarmo.pdf> . Acessado em 11 mai. 2021

REIS, João José. **Quilombos e Revoltas de Escravos no Brasil**. Revista USP, 1996, 28:14-3

REMOND, René. Uma história presente. IN. René Remond (*org.*). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fundação Getulio Vargas, 2003.

REMOND, René. **Por que a história política?** v. 7 n. 13 (1994): CPDOC 20 anos.

SIMONE, Maria de Souza; MUSTAFÁ, Maria Alexandra da Silva Monteiro. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): as contradições vivenciadas na produção sem a participação das mulheres negras**. 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **TRABALHO RURAL: AS MARCAS DA RAÇA**. Lua Nova, São Paulo. núm. 99, septiembre-diciembre, 2016, pp. 139-168

SOUZA, Raumi Joaquim de. **TERRA, RAÇA, CLASSE E ESTRATÉGIA: A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA BAHIA E A QUESTÃO RACIAL**. Salvador-BA, II Simposio Bahiano de Geografia Agrária. 2017.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **E o verbo se fez terra: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (SC) 1980 - 1990**. Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. **Mitos globais e fatos regionais**. In: FIORI, José Luís et al. **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 41-54

TEIXEIRA, F. José. **O neoliberalismo em debate**. In: TEIXEIRA, F. Jose (Org.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 195-252

WESCHENFELDER, VI; SILVA, ML. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. *Análise Social* 2018; 227(2):308- 330